

Antônio Joaquim Severino

Filosofia

1993

 CORTEZ
EDITORIA

Capítulo 5

A filosofia e seus modos de pensar

Vimos anteriormente que o conhecimento humano decorre de um impulso espontâneo e natural do homem e que se vincula ao mesmo impulso que o leva a agir. A atividade da consciência se inaugura e se constitui como impulso vital originário, fazendo corpo com o agir do homem. A partir dessa base, a atividade da consciência se expande cada vez mais, não apenas atuando como um instrumental de otimização das respostas às necessidades imediatas da ação mas sobretudo como mediação para a elaboração de uma “explicação” dos vários aspectos da realidade enfrentada pelo homem. Trata-se do desenvolvimento e da autonomização de uma força explicativa que busca estabelecer nexos e relações entre os objetos e situações de sua realidade, sendo que tais nexos têm para a consciência subjetiva uma *força compreensiva*, gerando-lhe um *sentido*. Por isso, o conhecimento, em linhas gerais, e nas suas mais variadas formas de expressão, pode ser definido como *o esforço do espírito humano para compreender a realidade, dando-lhe um sentido, uma significação, mediante o estabelecimento de nexos aptos a satisfazerem as exigências intrínsecas de sua subjetividade*.

É como forma peculiar desse esforço do espírito humano para compreender os vários aspectos da realidade com a qual o homem se envolve que podemos considerar a filosofia.

Mas tal esforço de compreensão da realidade em geral e da existência humana em particular não nasce assim de repente, de forma já plena de logicidade. Não há dúvida de que a explicação das coisas, na cultura ocidental, tem sempre a ver com o *logos* dos gregos! Mas essa explicação pelo *logos* não surge na Grécia assim plenamente amadurecida. Ela também possui uma gênese e passa por uma longa evolução, cujas raízes mergulham

no próprio processo de constituição da consciência humana, no prolongamento do impulso vital, como vimos nos capítulos 1 e 2.

Mas a partir desse processo de expressão da consciência que a vai levando a buscar cada vez mais o sentido das coisas e, portanto, a desenvolver um pensamento que já traz implícito em si um sentido embrionário, é-nos possível resgatar algumas raízes profundas.

Do que as pesquisas antropológicas nos revelam, podemos saber que a forma mais ancestral de os homens buscarem com alguma sistematicidade a explicação, o sentido das coisas, foi o *mito*. O mito não é algo absurdo, irracional, pré-lógico, como se diz muitas vezes! Ao contrário, ele é a expressão de uma primeira tentativa da consciência humana — querendo se libertar cada vez mais das incumbências quase que instintivas de manutenção da vida — para “colocar ordem no mundo”. Afinal, o mundo lhe parecia um tanto quanto caótico, sufocando os homens com sua magnitude, com sua bruta objetividade. Era preciso que tanta heterogeneidade, tanta multiplicidade, tanta “desordem” tivessem alguma ordenação! O mito é a primeira construção teórico-subjetiva do homem para pôr ordem nessa situação de aparente desordem.

O mito assume a forma de uma narrativa imaginária pela qual as várias culturas procuram explicar a origem do universo, seu funcionamento, a origem dos homens, o fundamento de seus costumes, apelando para entidades sobrenaturais, superiores aos homens, a forças e poderes misteriosos que definiram o seu destino.

Hoje, para nós, os mitos dos povos arcaicos nos parecem, à primeira vista, estórias lendárias e fantasiosas, sem muito nexo! Mas, na verdade, para aqueles povos, eles representavam uma explicação valiosa e satisfatória; satisfaziam a exigência que começavam a ter de compreender o sentido de sua própria existência.

Vejamos, a título de exemplo, uma narrativa mítica, extraída da *Teogonia*, de Hesíodo, poeta grego:

“Os deuses primordiais

Sim bem primeiro nasceu Caos, depois também
Terra de amplo seio, de todos sede irresvalável sempre,
dos imortais que têm a cabeça do Olimpo nevado,
e Tártaro nevoento no fundo do chão de amplas vias,
e Eros: o mais belo entre deuses imortais, 120

solta-membros, dos deuses todos e dos homens todos
ela doma no peito o espírito e a prudente vontade.

Do Caos Érebo e Noite negra nasceram.
Da Noite aliás Éter e Dia nasceram,
gerou-os fecundada unida a Érebo em amor. 125

Terra primeiro pariu igual a si mesma
Céu constelado, para cercá-la toda ao redor
e ser aos deuses venturosos sede irresvalável sempre.
Pariu altas Montanhas, belos abrigos das deusas
ninfas que moram nas montanhas frondosas. 130
E pariu a infecunda planície impetuosa de ondas
o Mar, sem o desejoso amor. Depois pariu
do coito com Céu: Oceano de fundos remoinhos
e Coios e Crios e Hipérion e Jápeto
e Téia e Réia e Têmis e Memória 135
e Febe de áurea coroa e Tétis amorosa.
E após com ótimas armas Cronos de curvo pensar,
filho o mais terrível: detestou o florescente pai.

Pariu ainda os Ciclopes de soberbo coração:
Trovão, Relâmpago e Arges de violento ânimo 140
que a Zeus deram o trovão e forjaram o raio.
Eles no mais eram comparáveis aos deuses,
único olho bem no meio repousava na fronte.
Ciclopes denominava-os o nome, porque neles
circular olho sozinho repousava na fronte. 145
Vigor, violência e engenho possuíam na ação.

Outros ainda da Terra e do Céu nasceram,
três filhos enormes, violentos, não nomeáveis.
Cotos, Briareu e Gigos, assombrosos filhos.
Deles, eram cem braços que saltavam dos ombros, 150
improximáveis; cabeças de cada um cinquenta
brotavam dos ombros, sobre os grossos membros.
Vigor sem limite, poderoso na enorme forma.”

Hesíodo. *Origem dos deuses: teogonia*. São Paulo, Roswitha Kempf Editores, 1984, p. 132-133. (Trad. Jaa Torano.)

Por outro lado, os antropólogos de hoje são mais cautelosos em considerar como ilógicas, primitivas, as expressões do pensamento mítico. Lévi-Strauss tem demonstrado com suas pesquisas e estudos antropológicos que a humanidade sempre necessitou dessas modalidades explicativas e que não há diferenças de natureza e grau entre o pensamento “selvagem” dos povos

que criaram o mito e o pensamento “domesticado” da cultura moderna. Apenas, a “lógica” do primeiro é uma “lógica do sensível” da qual foi se afastando o segundo, operando uma separação indevida.

No prolongamento do mito, vamos assistir, ainda na história de nossa cultura, ao surgimento da *forma religiosa* de explicar a existência da natureza e da humanidade. Sempre na mesma linha de trazer uma explicação, de dar um sentido às coisas e ao agir dos homens, a *religião* introduz mais nitidez, mais compreensibilidade, ao atribuir a um Deus pessoal e inteligente a criação e o governo do universo. A criação, pela subjetividade humana, de uma divindade inteligente e poderosa é um recurso da ascendente consciência para ampliar sua capacidade de explicação e de compreensão da realidade natural e humana.

Considera-se que as fases das consciências mítica e religiosa são ainda pré-filosóficas e que, justamente, a *filosofia* surgiu na Grécia antiga, quando a consciência humana pretendeu explicar as coisas sem recorrer a entidades sobrenaturais, a forças superiores e personalizadas. A tentativa agora era a de continuar procurando a explicação e o sentido das coisas mas sem sair de seu próprio interior. Tratava-se de dar conta da natureza, de um fundamento que a ordenasse, mas sem duplicá-la, criando-se um mundo de ordem sacral. É o momento então que a consciência se assume plenamente como razão lógica, se identifica como *logos* e passa a entender que toda a realidade é possuída e ordenada por esse mesmo *logos*.

É nesse ambiente que nasce na Grécia a filosofia ocidental, como a entendemos até hoje em nossa cultura. Essa nova abordagem da realidade, do universo e da vida humana tem suas primeiras formas de expressão no século VI antes de nossa era, com os chamados *filósofos pré-socráticos*. Com efeito, o que esses pensadores fizeram, após renegar as explicações míticas e religiosas vigentes na cultura grega, foi buscar um elemento natural, fundante, ordenador, unificador, que desse conta da ordem do mundo. Tentaram mostrar que o *cosmos* deixara de ser *caos* em decorrência da presença e da atuação de um princípio fundador, a *arqué*, feita da mesma natureza e que nada tinha a ver com qualquer entidade humana ou divina.

Desde então a cultura ocidental nunca mais abandonou a busca incessante por um princípio lógico que desse conta do modo de ser da realidade e, quanto a isso, a *história de nossa cultura se confunde com a história da filosofia...*

Neste capítulo, vou explicitar as grandes articulações da filosofia na história de nossa cultura, procurando mostrar como foram se constituindo

e se desenvolvendo os vários modos pelos quais essa nova forma de pensar o mundo foi se expressando no seu espaço/tempo.

Estarei mostrando que a visão de conjunto da história da cultura e da filosofia nos levam a constatar que, tendo aprendido a pensar com os gregos, os filósofos do Ocidente vão desenvolver três formas, três perspectivas diferentes de aplicar sua atividade racional. São três grandes ângulos sob os quais se busca apreender o sentido das coisas: a *perspectiva metafísica*, a *perspectiva científica* e a *perspectiva dialética*.

Com efeito, tendo superado as abordagens mítica e religiosa, a consciência filosófica se constitui inicialmente como *pensamento metafísico*. É o *modo metafísico de pensar* que nos ensinam, logo de início, Parmênides, Sócrates, Platão e Aristóteles... Mas o que quer dizer *pensar metafisicamente*?

A palavra *metafísica* significa simplesmente “aquilo que vem depois da física” e foi usada, na origem, apenas para designar as obras de Aristóteles que se seguiram a sua obra sobre a *Física*, que era o estudo que Aristóteles fizera da natureza! Mas logo o sentido se adensou e passou a expressar aquele conhecimento diferente do conhecimento da física, aquele tipo de conhecimento que se situaria para além do conhecimento fornecido pela física. Ou, falando contemporaneamente, além do conhecimento fornecido pela ciência.

Essas referências nos ajudam a entender melhor a questão, mas não a esgotam, porque o principal mesmo é ver como procede e o que pretende, positivamente, essa forma de conhecimento.

Não é o caso de responder agora a essa questão, uma vez que ela será retomada e desenvolvida no capítulo 6. Por enquanto, digo apenas que, do ponto de vista metafísico, pretende-se alcançar através do conhecimento a própria essência das coisas, assumindo-se a posição de que a razão humana é capaz de atingir o núcleo de todos os objetos, de saber o que de fato eles são em si mesmos. Dessa forma, poderíamos construir um sistema de conceitos que representaria o mundo tal qual ele é.

Mas ocorre uma revolução epistemológica e surge um novo modo de pensar no Ocidente...

Só que, lá por volta de 1400, o modo metafísico de pensar começa a ser seriamente questionado... pela mesma consciência racional que até então

se dedicara a ele!!! Uma série de razões de ordem econômica, política e cultural está à base desse questionamento. É que a explicação metafísica tomara-se insatisfatória para a consciência filosófica que vai emergindo no início da era moderna. Na realidade, a cultura ocidental, em decorrência de todo o desenvolvimento econômico e social da Europa, coloca à disposição dos homens muitos outros instrumentos e recursos que lhes permitem ir além das conclusões metafísicas.

E a revolução que vai ocorrer é fundamentalmente uma revolução *epistemológica*. Tudo começa com a insatisfação de novos pensadores com as explicações trazidas pela metafísica, a essa altura ainda compromissada com a teologia cristã! Começa a se questionar a tutela que a teologia exercia sobre a filosofia e a idéia de que a razão natural dos homens ficava na dependência da graça divina e devia ser orientada e corrigida pela fé. É claro que tudo isso tinha a ver também com o ordenamento sócio-político da época, com as complicadas relações entre a Igreja e os Estados, que também então começavam a se constituir!

Mas os conflitos se expressam ainda no plano filosófico. E começa a haver então uma crítica cerrada à filosofia medieval, considerada pura metafísica. Os filósofos modernos esforçam-se para encontrar novas formas de exercer a reflexão filosófica, estimulados pela nova postura de outro grupo de pensadores, os *cientistas*, que apresentavam uma nova forma de representação do mundo. Assim, ao mesmo tempo em que se assiste ao nascimento da ciência como nova forma de conhecimento do mundo, ocorre também uma modificação na maneira de se conduzir a reflexão filosófica.

A postura dos filósofos modernos parte de um questionamento do poder da razão. Com efeito, na Idade Média européia, devido à grande influência da teologia cristã na cultura, Deus ocupava um lugar central em todo o sistema explicativo do real. É por isso que se dizia que predominava o *teocentrismo* na filosofia medieval. Já na Idade Moderna, em decorrência de todas as grandes transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas, era o homem que passava a ocupar o centro do universo e do sistema filosófico. Era então um período dominado pelo *antropocentrismo*. O homem, achando-se então mais autônomo em relação a Deus, sentia-se igualmente menos temeroso em relação ao mundo que passava a considerar como uma realidade meramente natural. E desse mundo natural o homem também fazia parte, sendo aliás sua parte principal. Essa “independência” em relação à figura de Deus tinha lá suas vantagens mas também suas desvantagens: de um lado, o homem passava a se valorizar mais, a dominar

a natureza e a enfrentar os seus problemas com mais ousadia e menos fantasias. Veia-se que essa postura era imprescindível, para dar apenas dois exemplos, para o desenvolvimento da técnica e da medicina. Na cosmovisão cristã medieval nem o mundo material nem o corpo humano podiam ser manipulados porque eles eram considerados como receptáculos de Deus, merecendo assim absoluto respeito. As desvantagens vinham no plano da própria consciência. Iluminada pela fé, a razão medieval tinha muita segurança e tranquilidade, pois estava certa de que poderia sempre conhecer a verdade, uma vez que tinha sempre à sua disposição o auxílio esclarecedor da revelação divina, mediada pelos textos bíblicos e pelo magistério da Igreja. Agora a razão natural era autônoma, mas também estava sozinha... Não tinha mais a quem recorrer no caso de suas dúvidas e inseguranças. Ela contava apenas com seus próprios recursos naturais.

Os filósofos modernos, apoiando-se apenas na razão natural, logo perceberam que os metafísicos eram muito pretensiosos e que, de fato, não era possível apreender as essências das coisas pelo conhecimento! Não existia nenhuma harmonia entre nossa inteligência e a essência do real como acreditavam os metafísicos. Era uma ilusão pensar assim, nada autorizava os metafísicos a darem esse passo!

E ao examinarem o efetivo poder do sujeito, enquanto razão natural, os filósofos vão se dar conta de que o sujeito que conhece dispõe apenas de dois caminhos para a construção de seu saber. E esses dois caminhos é que vão definir as duas novas orientações que a filosofia moderna assumiu ao criticar e tentar superar a metafísica.

Em síntese, o racionalismo na Idade Moderna, ao contrário do que fizera na Idade Média e na Antiguidade, se desenvolveu mostrando que o sujeito não consegue, de fato, apreender o objeto em sua eventual essencialidade. Com efeito, ou ele se limita a conhecer-se a si mesmo ou a conhecer apenas o *mundo fenomenal*. No primeiro caso, tivemos a *perspectiva do subjetivismo idealista*, e, no segundo, a perspectiva do *cientifismo positivista*. Assim, a Idade Moderna, fazendo ciência ou fazendo filosofia, desenvolveu, num *clima iluminista*, um projeto de conhecimento diferente. Sem dúvida, seu produto principal foi mesmo a ciência, a grande responsável pela nova perspectiva epistemológica da modernidade, uma vez que o subjetivismo idealista ainda recaía, o mais das vezes, na postura metafísica.

Também a respeito da ciência, voltarei a falar nos capítulos 7 e 8, dada sua grande importância no cenário histórico-cultural e filosófico do

Ocidente. No momento cabe adiantar que a ciência reinou soberana nos últimos dois séculos, inclusive em se tratando do homem. As ciências humanas se desenvolveram de maneira impressionante, trazendo grande contribuição para a constituição do sentido da existência do homem.

Mas também a visão científica da realidade foi questionada...

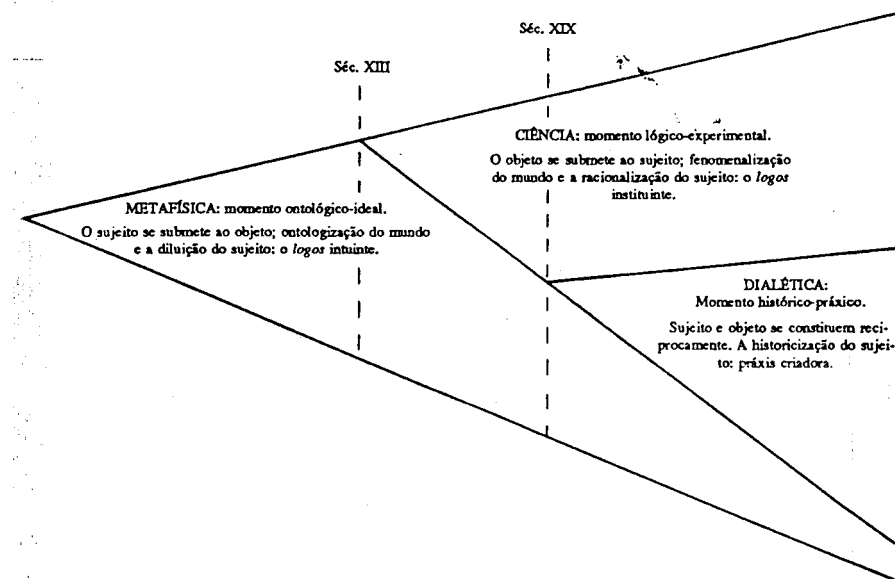
A busca do sentido das coisas, o esforço de compreensão da realidade não terminou com a ciência, apesar de toda a contribuição que o conhecimento científico trouxe para a cultura humana! Assim, desde a metade do século passado, uma nova perspectiva filosófica vem se constituindo como uma tentativa de retomada, de negação e de superação tanto da perspectiva metafísica como da perspectiva científica: ela está tentando praticar uma nova forma de abordagem das coisas, adotando uma nova perspectiva que vamos chamar de *dialética*.

De um certo ponto de vista, a perspectiva dialética consolida a crítica que a filosofia moderna fez à metafísica, mas também submete à crítica algumas pretensões da filosofia moderna, tanto do subjetivismo idealista como do cientificismo positivista. Mas, ao mesmo tempo que critica essas posições, retoma, de outro determinado ponto de vista, outros pontos que considera conquistas definitivas dessa fase; mas é preciso ir além, acrescentar, num estágio de síntese, novos elementos que não tinham sido considerados até então.

A filosofia, tal qual ela vem se expressando desde então, está adotando cada vez mais uma postura dialética: não constrói mais nem uma imagem metafísica do mundo, seja ela realista ou idealista, nem uma imagem exclusivamente científico-naturalista do mundo: quer criar uma nova imagem, sintetizadora, integradora dos aspectos válidos que essas tradições anteriores já explicitaram, mas numa síntese que avança, enriquecendo ainda mais a compreensão da realidade.

A perspectiva dialética privilegiou a dimensão histórica de todos os objetos e da própria existência do sujeito! Mas as suas posições específicas serão abordadas no capítulo 9.

Os modos de expressão da filosofia no Ocidente



Pode-se representar, pelo quadro acima, a evolução do pensamento filosófico tal qual ela se deu na cultura ocidental, configurando três grandes movimentos. A filosofia se desenvolveu inicialmente sob o modo metafísico de pensar, que atinge seu apogeu no século XIII; em seguida, instaura-se sob o modo científico de pensar, que predomina hegemônico até o século XIX; a partir de então, tem início o modo dialético de pensar.

O quadro procura mostrar a predominância de cada modo de pensar nos vários momentos históricos. Isso, no entanto, não quer dizer que cada um é substituído pelo outro, vindo o anterior a desaparecer. Na realidade, esses vários modos de pensar coexistem, apenas um predominando num período, enquanto os outros sobrevivem com menor impacto cultural.

Assim, ainda hoje se encontram difusas nas várias expressões da cultura contemporânea formas metafísicas de pensar (no neotomismo, por exemplo), do mesmo modo que já na Antiguidade havia manifestações avulsas da postura dialética, como foi o caso no pensamento de Heráclito. Também as posturas científicas sempre se fizeram presentes em todos os momentos da história da cultura ocidental.

Esclarecendo alguns conceitos

Mito: em seu sentido original, é narrativa lendária desenvolvida pelas tradições culturais que procura explicar a origem do mundo e da humanidade, recorrendo a entidades e forças sobrenaturais, divinas e misteriosas; por derivação, pode significar crença sem fundamento, sem base, apesar de bem aceita no âmbito de determinada cultura (o mito da superioridade racial dos brancos), ou, então, uma narrativa alegórica, objetivando apenas passar uma representação simbólica.

Religião: sistema de crenças em divindades subrenaturais articulado a um conjunto de normas de ação, de atitudes práticas, de comportamentos pessoais, de celebrações rituais e de institucionalizações sociais que visam estabelecer um tipo de relacionamento entre o natural e o sobrenatural, relacionamento que propicie uma garantia de salvação divina para os homens.

Antropocentrismo, teocentrismo, cosmocentrismo: posições filosóficas que afirmam a prioridade, enquanto ocupando lugar central e fundamental na ordem da existência real, respectivamente, do homem, de Deus ou do mundo natural. O ser mais importante de toda a realidade sendo, respectivamente, o homem, Deus ou a natureza, devendo ocupar então também o centro de referência de toda explicação filosófica.

Essência: é o núcleo básico, conjunto de características que fazem com que uma coisa seja o que ela é; é o que define e especifica a natureza dessa coisa. A essência de um ser é aquilo que é fundamental e imprescindível para que ele seja o que é, em sua especificidade e identidade, distinto de outros seres.

Capítulo 6

As pretensões do conhecimento metafísico e a imagem essencialista do homem

Já vimos, no capítulo anterior, que o modo metafísico de pensar é uma verdadeira constante do pensamento humano. Os homens sempre pensaram metafisicamente. Tendem a explicar a realidade adotando uma perspectiva metafísica. Esse modo metafísico de pensar, embora culturalmente tenha predominado na Antiguidade e na Idade Média, continua presente na atualidade, não só em algumas escolas filosóficas isoladas, mas também como parte integrante de nosso próprio pensar cotidiano.

Este capítulo tem por objetivo exatamente nos levar a entender o que significa explicar as coisas metafisicamente. O esquema do pensar metafísico está, de fato, intimamente ligado à estrutura de nossa consciência racional, por isso é preciso ter bem claro quando é que estamos pensando metafisicamente.

Explicando as coisas pela sua essência

A explicação metafísica tem por base a convicção da nossa consciência racional de que todas as coisas que existem — os filósofos preferem dizer todos os *entes*, todos os *seres* — possuem uma *natureza própria*, uma *essência* que lhes é específica. Cada ser, cada indivíduo é do jeito que é porque, ao existir, ele está realizando uma essência, uma natureza que lhe define suas características específicas, ou seja, características pelas quais ele pertence a uma determinada espécie de seres. Assim, por exemplo, haveria uma *essência equina*, que faz com que um determinado animal seja um cavalo e não um gato. Sem dúvida, os indivíduos de uma mesma espécie,

portanto tendo a mesma essência, podem ter diferenças relevantes entre si, mas essas diferenças são *acidentais* e não *substanciais*, uma vez que a *substância* é parte permanente e fixa da essência, comum a todos os indivíduos.

É no caso do homem que essa visão metafísica terá consequências radicais. Com efeito, para os metafísicos, os homens pertencem à mesma espécie por compartilharem da mesma essência. Eles todos têm uma mesma natureza — a *natureza humana* — que permanece idêntica em *todos* os homens, sem exceção, apesar das diferenças que marcam os indivíduos humanos entre si. Essas diferenças, tais como o sexo, a cor, a saúde, o tamanho, a raça etc. — já vimos —, são acidentais.

É por isso que podemos dizer que os metafísicos adotam uma *perspectiva essencialista*, já que todos os seres que constituem o real, incluindo o homem, são como são porque realizam uma essência. E o que é ainda mais importante: é essa essência que preestabelece qual deve ser o modo de agir do homem. É que o agir adequado já está previamente traçado pelo seu modo de ser. Por aí se vê então que os *valores* que presidem a ação humana já se encontram inscritos na essência do homem. Portanto, para o homem, agir *eticamente*, agir *moralmente* bem, é agir segundo sua própria natureza.

Mas como o homem sabe quais são as características de sua natureza? Quanto a isso os metafísicos não vêem maior problema: eles acreditam que há uma harmonia entre a *razão* que conhece e as *essências* que são conhecidas! Os homens estão aquinhoados, na sua essência, com uma razão que lhes permite apreender, recorrendo apenas à sua luz natural, a própria essência dos objetos, incluindo também a sua própria natureza. Com efeito, o homem tem todas as condições para conhecer-se a si mesmo.

Como se vê, na sua busca do princípio ordenador do mundo, na busca do princípio que tornasse o mundo inteligível, os primeiros filósofos do Ocidente acreditaram tê-lo encontrado na *essência*! Com essa forma de pensar, eles construíram não só uma *teoria* que explicava o modo de ser das coisas e dos homens, mas também explicavam o funcionamento do conhecimento e davam uma justificativa para o agir moral do homem.

Assim, esses filósofos instituíram um verdadeiro sistema de saber, criaram grandes sistemas filosóficos que continham explicações sobre o modo de ser das coisas, sobre o modo de conhecer e de agir dos homens.

Como a metafísica foi a primeira forma de expressão da filosofia no Ocidente, a sua terminologia acabou sendo incorporada pela cultura filosófica posterior, mesmo quando seus conteúdos tenham sido mudados. Por isso, vamos inserir agora uma explicitação de alguns termos que passaram a fazer parte do vocabulário filosófico, tornando-se necessário que nos familiarizemos com eles.

Não é preciso assustar-se com essa terminologia abstrata, nem decorá-la artificialmente. Por enquanto, procuremos apenas compreender o seu conteúdo, voltando a ele toda vez que ele reaparecer em suas leituras e estudos.

Assim, quando a filosofia está tratando das *condições de existência das coisas em geral, da existência do ser em geral*, ela está desenvolvendo a *ontologia*. É a teoria do ser em geral, independentemente de suas particularidades. Às vezes, o termo ontologia é usado como sinônimo puro e simples de metafísica. Trata-se, pois, de *ontologia*, toda vez que especulamos sobre características comuns a todas as coisas, a todos os seres, sejam eles o que forem. Assim, quando falamos que todos os entes possuem uma essência, essa é uma consideração ontológica.

Quando nossas considerações ontológicas se particularizam, ou seja, continuamos falando das *condições de existência dos seres* mas com referência a esferas particulares, a ontologia também se especifica. Assim, quando falamos das *condições particulares da existência do mundo*, estamos fazendo *cosmologia*; se falamos do homem, então estamos fazendo *antropologia* (no sentido filosófico, a se distinguir da antropologia, disciplina científica).

Mas um outro âmbito da explicação filosófica diz respeito ao conhecimento, aos seus processos, a sua validade: temos então outra esfera da sistemática filosófica, que é aquela da *epistemologia*, a *teoria do conhecimento*. Ela é a área da filosofia que estuda os processos do conhecimento humano, tanto de um ponto de vista descritivo como de um ponto de vista crítico. Busca explicar *como se dá o conhecimento humano* e qual é o seu alcance, até que ponto ele nos dá a verdade.

Quando o centro das preocupações do filósofo é a justificativa do agir humano, quando se discutem os valores que presidem as nossas ações, temos então a área da *axiologia*. A questão básica da axiologia é saber a significação do valor, saber por que os homens o atribuem a tudo. Quando os valores se particularizam, vamos ter as subáreas da axiologia: valores morais são debatidos pela *ética*; valores ligados à sensibilidade, à beleza e

à arte são tratados pela *estética*; valores sociais se incluem no âmbito da *política*.

É bom lembrar que, embora essas denominações tenham sido criadas no contexto da expressão metafísica da filosofia, elas foram incorporadas no categorial da filosofia e por isso continuam sendo utilizadas ainda hoje, razão pela qual precisamos conhecê-las. Formam o vocabulário técnico formal da filosofia, vocabulário este que é utilizado por todas as correntes filosóficas.

Atualmente, nos damos conta de que os filósofos que pensaram metafisicamente criaram um sistema abrangente de saber: todos os aspectos da realidade natural e social encontram seu lugar e sua explicação nesse sistema.

Na Antiguidade e na Idade Média, prevaleceu esse modo metafísico de pensar: assim, praticamente, de 500 a.C. até 1400 d.C., a filosofia se expressou fundamentalmente de modo metafísico. Para os filósofos dessa época, as coisas possuíam uma existência autônoma, objetiva, independente da consciência humana, existindo na exata medida em que realizavam uma determinada essência. Pouco importava se eram essências criadas por Deus ou se existindo eternamente: elas eram imutáveis, servindo de modelo e de molde para as coisas concretas que, estas sim, eram contingentes, perecíveis, mutáveis.

Por outro lado, nós podemos conhecer as coisas concretas porque apreendemos sua essência através do *conceito universal*, porque nossa consciência compartilha da mesma qualidade do *logos* que torna o mundo ordenado: a nossa razão tem o mesmo critério lógico, ela é uma *razão lógica*!

Os filósofos metafísicos eram filósofos às vezes idealistas, às vezes naturalistas...

Afirmar que as coisas existem em si mesmas, independentemente da consciência que as pensam, é assumir uma posição que, do ponto de vista ontológico, é *realista*.

O *realismo* é, portanto, uma concepção filosófica, situada no plano ontológico, que afirma a existência de uma realidade exterior à mente humana, independentemente do conhecimento que o homem tenha dela.

Assim, a *metafísica* é necessariamente *realista*, já que o que nós conhecemos são coisas, entes, que *existem independentemente de nossa consciência*. Só que, *atenção*, pode haver duas formas de realismo enquanto concepção da realidade: vai depender de como concebemos a essência das coisas.

Se, como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, entende-se que a *essência existe independente no mundo real e concreto, no mundo natural, então temos um realismo naturalista*; mas se se entende, como Platão e Santo Agostinho, que as essências são autônomas porém ideais, não se identificando com as coisas concretas e contingentes da natureza, então *temos um realismo idealista*. Veja bem que isso não é um contra-senso: o que se está dizendo é que, ontologicamente, a essência do real é de natureza ideal.

Quando falamos do conhecimento, das posições epistemológicas dos filósofos, as coisas vão mudar um pouco quanto ao significado desses termos. Vamos aguardar. Por enquanto, vejamos como se expressou esse realismo no pensamento dos filósofos metafísicos mais conhecidos.

Assim, Platão foi o filósofo mais representativo da posição metafísica caracterizada como *realismo idealista*. Isso porque para ele as essências verdadeiras eram as *Idéias* que, aliás, existiam num mundo separado, no *Mundo das Idéias*. Platão imaginava um outro mundo onde essas Idéias existiriam realmente, cada uma sendo um modelo, um verdadeiro protótipo das coisas concretas que “existiam” precariamente aqui, no mundo sensível. Assim, para Platão, existiam dois mundos: o *Mundo Inteligível*, formado pelas Idéias, e o *Mundo Sensível*, formado pelas coisas concretas de nossa experiência comum. As Idéias eram essências perfeitas, únicas, imutáveis. Havia uma Idéia para cada espécie de seres. Assim, lá naquele mundo, existia uma Idéia de árvore, que era a essência verdadeira de árvore. As árvores aqui da terra não passam de cópias imperfeitas daquela Idéia; elas “participam” da sua perfeição, porém nunca chegando a igualar-se a ela.

Mas por que as coisas daqui são imperfeitas? Essa limitação do mundo sensível se deve à união da Idéia com a matéria. No espírito do platonismo, a matéria é fonte de imperfeição. Quanto mais a matéria está presente num ser, tanto mais ele é imperfeito: múltiplo, contingente, mutável, perecível...

Portanto, segundo Platão, a Idéia se refere a algo real e não apenas à representação mental, a nossa idéia conceitual, imagem mental. É por isso que a Idéia é uma essência permanente e imutável que serve de modelo para as coisas.

Com essa teoria, Platão pretende explicar por que neste nosso mundo tudo está em movimento, tudo muda. O movimento, de modo particular o movimento qualitativo, que é a mudança, sempre foi um grande problema para os pensadores gregos. Para eles, a permanência, a imutabilidade expressam mais perfeição do que a transformação e a mutabilidade. Tudo o que é uno e imutável é mais perfeito do que o que é múltiplo e mutável. A valorização da unidade e da permanência era uma arraigada característica do pensamento grego. Daí a importância que atribuíam ao logos, princípio unificador e ordenador, eternamente igual a si mesmo. Daí também a ausência da historicidade em seu pensamento! Então, situações como o nascimento, o envelhecimento e a morte dos seres, bem como o visível e contínuo fluxo de mudanças no mundo, traziam muitas dificuldades para o espírito grego. Por isso mesmo estavam sempre buscando algum princípio imutável sob as coisas que mudam...

Platão criou o Mundo Inteligível das Idéias exatamente para garantir a unidade e a imutabilidade sob o fluxo das mudanças: as coisas mudam e se transformam, mas sua essência permanece imutável lá no Mundo das Idéias...

A mesma coisa vai ocorrer com o homem: só que com uma característica nova especial. Como os homens estão mais impregnados pelo logos, a cada indivíduo humano vai corresponder uma alma! Assim, não existe apenas uma Idéia de Homem mas um número limitado de almas que preexistiam aos indivíduos concretos e que conviviam com as Idéias, no seu Mundo Inteligível. Lá as almas viviam “contemplando” as Idéias sob a iluminação da Idéia principal e superior, que era a Idéia de Bem!...

Só que, de vez em quando, as almas devem se encarnar e aparecer no mundo sensível como “homens”. Isso é um verdadeiro castigo, já que o prazer e a perfeição da alma é ficar mesmo no Mundo de Idéias, a contemplá-las, sob a luz do Bem, que atua no Mundo Inteligível de modo análogo ao sol, no Mundo Sensível. Sem ter como explicar logicamente o porquê desse castigo, Platão apela para uma suposta “vontade dos deuses”, sem aprofundar mais a questão. Viver ligada ao corpo é um extremo sacrifício para a alma. O corpo é considerado um túmulo; a encarnação, uma queda! Por isso mesmo, todo o objetivo da vida enquanto busca da perfeição é livrar-se dessa condição de ser corporal: o que não justifica de maneira alguma o suicídio, no entendimento de Platão, mais uma vez se referindo à vontade dos deuses. O livrar-se do mundo sensível se dá através da

dialética, ou seja, esforço de ascender ao mundo inteligível das Idéias mediante uma sistemática atividade intelectual. É assim, pelo cultivo da vida intelectual, que o indivíduo deve se preparar para a morte, aguardando ansioso o momento de voltar ao seio do mundo das Idéias e retomar a contemplação das mesmas.

Esta é a *teoria das Idéias* de Platão, pela qual se tornou um defensor do *realismo idealista*. E essa teoria lhe fornecerá as bases para explicar ainda como se dá o conhecimento, como se justifica a ética e como se fundamenta a política.

Conhecer, para Platão, é evidentemente apreender, por contemplação, as Idéias. Quando a alma está no Mundo das Idéias, antes do nascimento ou depois da morte, tudo bem, ela está conhecendo perfeitamente toda a realidade, já que contempla todas as Idéias. O problema é aqui na terra: ocorre que, ao nascermos, em consequência dos traumas do parto, nos *esquecemos* de tudo o que sabíamos de nossa convivência no Mundo das Idéias. É preciso então *relembrarmo-nos* de tudo, de novo! E Platão explica nosso conhecimento dizendo que ele não passa de uma lembrança do que *tínhamos esquecido*. Defende assim a *teoria da reminiscência*: ao vermos as árvores concretas, imperfeitas, mutáveis, somos estimulados pelos nossos sentidos, sobretudo pela visão, e acabamos nos *relembrando* da Idéia de Árvore, da *Árvore-Idéia*, nossa antiga companheira no Mundo das Idéias! A dialética é então, para ele, o esforço para recuperarmos o nosso antigo conhecimento, apreendendo cada vez mais todas as idéias.

Do mesmo modo, o nosso agir individual — ético — e social — político — se funda na intuição das Idéias. Elas é que são os fundamentos de nossos valores. Quem apreende a essência da virtude, da justiça e do bem terá condições também de agir de maneira virtuosa e justa, de acordo com o bem.

Dessa rápida apresentação do pensamento de Platão, já deu para perceber que ele é menos distante de nós do que parece à primeira vista. De fato, o platonismo marcou profundamente a cultura ocidental e o fez através do cristianismo. Com efeito, Santo Agostinho, que além de filósofo era teólogo e bispo da Igreja Católica, se apropriou das grandes linhas da filosofia platônica, servindo-se delas para apoiar a teologia e a moral cristãs. Bem entendido, como cristão, não podia adotá-la integralmente. Por isso, ele introduziu algumas modificações.

Assim, Agostinho substituiu o Mundo das Idéias pela consciência divina, ou seja, os modelos prototípicos das coisas existem sim, mas enquanto idéias divinas, enquanto pensadas por Deus. Aliás é ele que cria as coisas de acordo com esses modelos que pensa. Ademais, as almas são também criadas por Deus na hora de nossa concepção; elas não preexistiam, como pensava Platão. Igualmente Santo Agostinho descarta as reencarnações, ficando assim de acordo com a doutrina cristã.

Em consequência disso, quando conhecemos a essência da árvore, por exemplo, não é à contemplação das Idéias que chegamos, mas sim à consciência divina, que nos ilumina. Deus nos permite aceder a suas idéias, nós compartilhamos delas.

Do mesmo modo, agir moralmente bem é, pois, agir de acordo com as idéias divinas, é cumprir a vontade de Deus, que ele nos revela não só pelas Escrituras mas também pela Iluminação direta, que ocorre na reflexão filosófica.

Aristóteles, no entanto, vai discordar de Platão e apresenta uma outra teoria para explicar o conhecimento. A sua teoria pode ser considerada como um *realismo naturalista*, ou seja, a essência se encontra nas próprias coisas naturais. Não há nenhum Mundo de Idéias separado, as coisas existem neste próprio mundo natural. Platão confundiu, na sua opinião, as características de nossos conceitos com as próprias coisas, atribuindo assim às idéias uma realidade que elas não possuem...

Aristóteles já possuía um espírito experimental, achava que só podemos partir do mundo objetivo e é esse mundo o que deve ser conhecido. Só que ele enfrentava também o problema da mudança e do movimento: como é que as coisas mudam e ao mesmo tempo permanecem idênticas a si mesmas?!...

Já que os seres têm sua essência em si mesmos, existem por conta própria e não por participação, como pensava Platão, eles subsistem por si mesmos, eles devem ser considerados *substâncias*, ou seja, o sujeito, o suporte dos atributos, qualidades e acidentes.

Agora essa substância, esse substrato é, por sua vez, constituído de dois co-princípios: a *matéria-prima* e a *forma específica*. A forma específica é o princípio que define a essência mesma da coisa; a matéria-prima é o aspecto passivo do substrato, que dá concretude à forma. Esses dois co-

princípios não se separam na realidade: a substância é unitariamente matéria e forma. Quando ela deixa de existir, os co-princípios também desaparecem, caso em que ocorre uma mudança substancial.

Ao contrário, as mudanças que não afetam a substância são mudanças *acidentais*, que se dão nas qualidades que não existem por si mesmas mas só na substância. Assim, acidente é aquilo que não existe em si mesmo, depende de um substrato para se ligar, só existe unido a uma substância.

A teoria da união dos co-princípios matéria e forma, definida por Aristóteles, é conhecida na filosofia como o *hilemorfismo*. Assim, de acordo com essa teoria hilemorfista, as características essenciais de um ser são definidas pela sua forma específica. Mas essa forma específica não preexiste aos seres concretos, ela só existe no ente real e concreto. Só que nós podemos ter dela um *conceito universal*, mas este é apenas uma abstração de nossa mente, não existe como uma entidade modelo, como pensava Platão.

Assim, quando se fala do homem, estamos, sim, afirmando que o homem é um ente concreto que realiza a *essência humana*; mas esta se realiza nos vários indivíduos humanos, ela existe neles e não em algum mundo superior.

Desse modo, na essência de cada indivíduo estão presentes as características da espécie a que pertence. Sua ação deve, pois, fundar-se nessas características, cada ser tendo um agir adequado a sua essência.

Aristóteles introduz ainda duas noções importantes: há duas situações de existência. É possível existir *em ato* ou *em potência*. Existir em ato é estar já realizado concretamente; existir em potência é conter uma possibilidade. Um exemplo esclarece bem a intenção de Aristóteles: a árvore existe em potência na semente e em ato na planta real. A criança é criança em ato e adulto em potência!

Com essas noções, Aristóteles dá conta das mudanças substantivas: ocorre que os entes vão constituindo sua própria existência mediante um processo de atualização, de passagem de uma condição de potência a uma situação de ato. É a realização de sua essência. Aliás, a essência, em geral, é pura potência, ou seja, define uma possibilidade de existir, mas, para se tornar ato, ela precisa exatamente existir, ser posta na existência.

De qualquer modo, uma vez existindo, cada ente existe de acordo com as características de sua essência. Existe como uma substância, delineada pelas características próprias de sua forma específica.

Para Aristóteles, essa teoria é suficiente para dar conta da realidade. Só que cria um problema: ela não seria compatível com a imortalidade da alma humana, já que, ao morrer, a substância humana se dissolveria, os seus co-princípios se desunindo. Mas como então garantir a sobrevivência da alma, forma específica do ser humano? Aristóteles não esclareceu devidamente a questão, deixando-a numa posição ambígua.

Acontecerá com essa metafísica aristotélica o mesmo que aconteceu com o platonismo: ela também será apropriada pelo cristianismo e passará a servir de base para a teologia. Só que isso ocorrerá apenas no século XIII, com a entrada em cena de Santo Tomás de Aquino.

Santo Tomás de Aquino, teólogo dominicano, retomará praticamente toda a teoria aristotélica, mas a modificará no sentido de assegurar não só a criação do mundo por Deus como também a imortalidade da alma, posições inquestionáveis para a teologia cristã.

Quanto ao primeiro ponto, Santo Tomás dirá que a criação divina é exatamente a responsável pela *existência* das coisas que existiam apenas potencialmente, enquanto pensamento divino. Portanto, sua criação é uma atualização; quanto à sobrevivência da alma humana, no entender de Santo Tomás, deve-se abrir uma exceção no interior da teoria hilemórfica: trata-se de uma forma específica tão perfeita, que ela pode existir como uma verdadeira substância, autônoma, sem estar ligada a qualquer matéria. E, uma vez criada por Deus, posta no ato de existir e dada sua extrema perfeição, não será mais destrutível, a não ser por vontade expressa de seu criador — o que não é, obviamente, o caso.

De qualquer modo, para o pensamento metafísico, o conhecimento humano se dá porque a razão do homem é capaz de apreender, muito naturalmente, a essência das coisas. Seja por um processo de pura intuição intelectual, como queria Platão, seja por iluminação divina, como acreditava Agostinho, seja ainda por abstração a partir da experiência sensível, como defendiam Aristóteles e Santo Tomás, a razão humana pode aceder à essência das coisas, conhecendo-as assim.

Do mesmo modo, a ação humana perfeita é aquela que se desenvolve de acordo com essa essência. O critério da justiça e bondade de nossas ações é sua conformidade com nossa própria natureza...

Capítulo 8

A ciência como conhecimento lógico-experimental do mundo e a visão naturalista do homem

A ciência, na Idade Moderna, foi se formando simultaneamente no plano teórico e no plano prático. Como vimos no capítulo 4, as condições histórico-culturais estavam dadas no período para que a humanidade avançasse mais esse passo de expansão de sua consciência. No plano filosófico, duas premissas foram colocadas: o racionalismo, enquanto afirmação radical da autonomia e do poder da razão humana como único instrumento do saber verdadeiro, e o naturalismo enquanto afirmação de que a natureza esgota a realidade, devendo trazer em si sua própria explicação.

O projeto iluminista da modernidade consistiu exatamente em construir um novo sistema de saber, distinto tanto do sistema teológico como do sistema metafísico, que esclarecesse a totalidade do universo com os recursos da razão natural.

Toda a filosofia moderna se desenvolveu nessa direção, mesmo que tenha ocorrido aparentes regressões metafísicas. Não é sem razão que se considera Descartes também como um dos pais da ciência moderna, pois, apesar de ter desenvolvido um novo sistema metafísico, ele lançou, com seu racionalismo e com sua idéia de extensão como fundamento do mundo natural, bases epistemológicas e metodológicas também para a física. Com efeito, Descartes atirou no que viu e acertou no que não viu...

A ciência é, ao mesmo tempo, um saber teórico sobre o mundo e um poder prático sobre ele

Como se caracteriza o trabalho da ciência? Como se dá o conhecimento científico? Já vimos que o conhecimento que a ciência propicia é *aquela*

que apreende o objeto como fenômeno. A ciência não pretende ir além dessa fenomenalidade. No entanto, o que se busca é estabelecer relações de causa e efeito entre os fenômenos.

A ciência moderna foi se formando a partir da percepção que alguns pensadores foram tendo, para além do senso comum, de que os fenômenos do mundo natural se manifestam, se “comportam” dentro de uma certa regularidade, de tal modo que os cientistas acabaram pressupondo que o universo forma um sistema completo de regularidades. Os fenômenos se manifestam sempre da mesma forma, como que obedecendo a leis.

E quando a ciência afirma que conhece o mundo fenomenal, está dizendo apenas que conseguiu explicar essas leis que estão dirigindo o comportamento dos fatos, de tal modo que as *mesmas causas produzem os mesmos efeitos*.

Só que de causalidade já falavam também os metafísicos! Mas, para a ciência, trata-se de outro nível de causalidade, já que ela não avança até o nível da essência; portanto, a ciência não pode afirmar que um fenômeno “cria” o outro, no sentido que o estaria produzindo na sua essência. Para a ciência, a causalidade é uma relação que liga dois fenômenos, de maneira constante. Mas essa relação causal constante é basicamente uma relação funcional, ou seja, dado um conjunto de fenômenos, num determinado estado, seguirá necessariamente outro conjunto de fenômenos, num outro determinado estado. O que aconteceu entre um e outro estado? Uma alteração quantitativa, isto é, ocorrendo fenômenos em estado anteriormente medido seguir-se-ão fenômenos que, posteriormente medidos, apresentam-se modificados em sua quantificação.

Assim, para dar um exemplo, quando se diz que o calor dilata os metais, a física não está querendo dizer que é da essência do calor dilatar os metais, como se estivesse ocorrendo uma mudança qualitativa. É claro que nossos sentidos percebem mudanças qualitativas em suas impressões, mas estas são subjetivas, dependem da impressão pessoal de cada um. O que a física está querendo dizer é “que ao aumento da temperatura a que é submetida uma barra de metal, ocorre um aumento proporcional de tamanho da barra”. Logo, o que ela está afirmando é que a dilatação é função da temperatura: $d = f(t)$. Dilatação se mede em centímetros e temperatura se mede em graus.

O cientista quer dizer ainda que toda vez que uma barra de metal for submetida a uma variação de temperatura, sofrerá uma dilatação, em determinada proporção que se mantém constante. Isso significa que estamos

diante de uma lei científica, que expressa, pois, uma relação causal constante entre fenômenos.

A existência de leis que governam a natureza leva a ciência a pressupor o determinismo universal; isto é, o universo, tal qual ele existe, funciona sempre da mesma maneira, não se prevendo exceções. Quando se encontra a ocorrência de uma “exceção”, de uma perturbação, é que está interferindo uma outra variável, ou seja, um outro fenômeno está interagindo com as primeiras variáveis.

Variáveis são os fenômenos que se interligam por uma determinada relação que é constante. Em nosso exemplo, a temperatura e o metal são variáveis e a constante é a relação de proporção de dilatação que vai estar sempre numa mesma proporção, qualquer que seja a temperatura e qualquer que seja a barra de metal.

Obviamente, o próprio calor já é um fenômeno resultante de outros fenômenos físico-químicos. E a ciência pode pesquisar e encontrar na estrutura atômica dos elementos a causa da alteração da temperatura, ou seja, pode-se medir novamente causa, efeito e relação. Nem por isso está se chegando à essência do calor... no sentido em que assim pensavam os metafísicos.

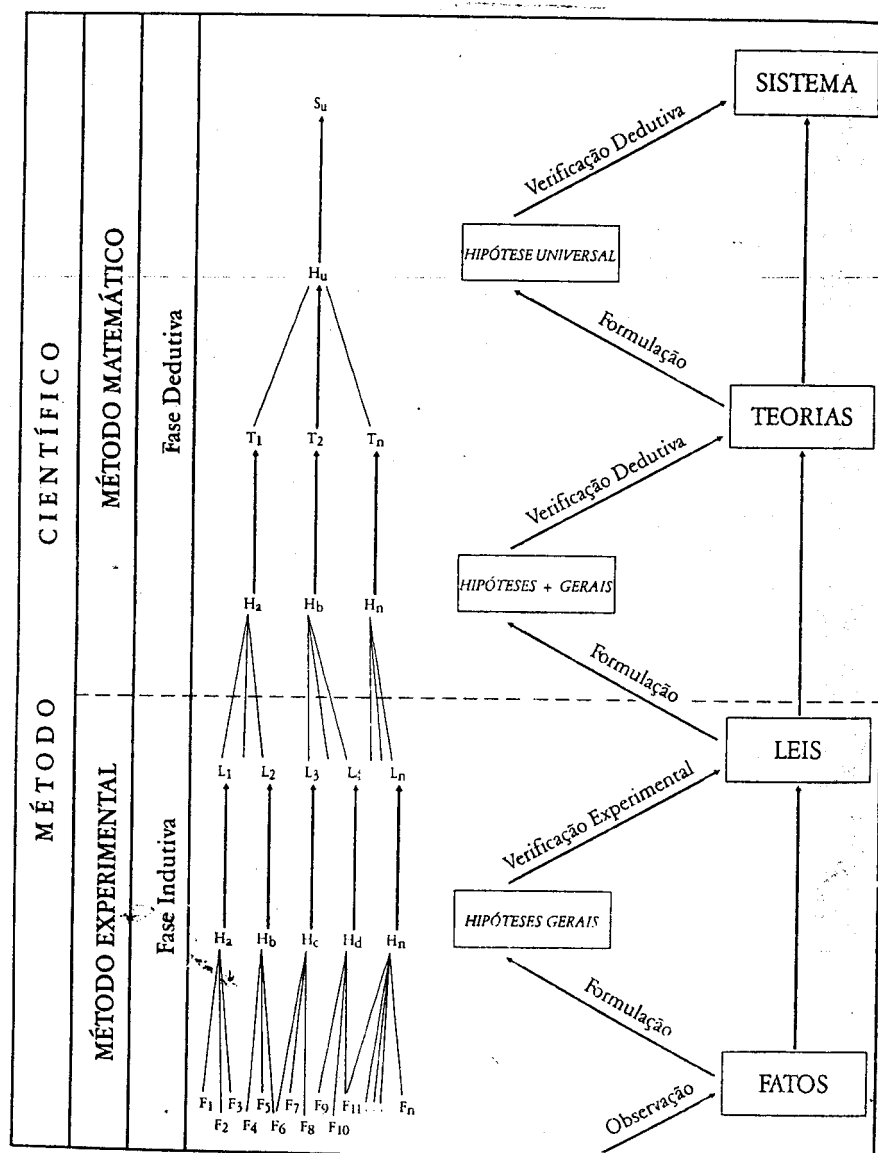
Este novo modo de conhecimento exige também um novo método...

Se quer lidar apenas com fenômenos, é preciso adotar procedimentos lógicos e técnicas operativas adequados à apreensão dos mesmos. Só os procedimentos intelectuais de que se serviram os metafísicos não são mais suficientes.

O método científico é o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos. Quando está buscando descobrir tais relações, o cientista está pesquisando, está investigando. E faz isso praticando, aplicando o método científico.

O quadro a seguir representa a estrutura lógica do método científico. Trata-se de uma esquematização geral, pois o processo da descoberta científica é um processo extremamente complexo, nunca se partindo de uma situação simples que fosse isenta de interferências de variada natureza. Mas o esquema ajuda a entendê-lo em sua generalidade, na sua espinha dorsal.

A ESTRUTURA LÓGICA DO MÉTODO CIENTÍFICO



Ao trabalhar com seu método, a primeira atividade do cientista é a observação de fatos. Num primeiro momento, essa observação pode ser casual e espontânea, como, por exemplo: todos nós vemos cotidianamente os objetos largados a si mesmos caírem no chão. Mas posso começar a jogar no chão de maneira sistemática, planejada, organizada. O que interessa é que sejam os mesmos fatos, eventualmente em circunstâncias variadas.

Mas os fatos nem sempre se explicam por si sós. Por mais que vejamos objetos caírem, não conseguimos observar por que eles caem! Aqui é preciso avançar uma consideração complicadora: na realidade, “fatos brutos” não existem, propriamente falando, não dizem nada: quando “observamos” fatos, já estamos “problematizados”, sentindo alguma dificuldade e já de posse de algum esquema de percepção. Estamos querendo exatamente saber por que tais fatos estão ocorrendo desta maneira. Por isso, não basta *ver*, é necessário *olhar*, e para tanto já é preciso estar problematizado e a presença do problema é de ordem racional, lógica.

O problema se formula então como a questão pela causa dos fenômenos observados, qual a relação causal constante entre eles. Aí entra em ação novamente o poder lógico da razão: a razão, com sua criatividade, formula uma hipótese, ou seja, propõe uma determinada relação causal como explicação.

Newton, após observar os corpos caírem, levantou então a hipótese de que eles caíam em decorrência de uma atração recíproca, intuindo que poderia ser uma força de atração proporcional às massas e às distâncias.

Formulada a hipótese, o cientista volta ao campo experimental para verificá-la. É o momento da verificação experimental, do teste da hipótese. Isolam-se, em condições laboratoriais, as variáveis que se supõe em relação e observa-se o seu comportamento. Se confirmada a hipótese, tem-se então a lei.

Trata-se de um princípio geral que unifica uma série ilimitada de fatos: vários fatos particulares se explicam mediante um único princípio que dá conta assim de uma multiplicidade de fatos.

Por outro lado, pode ocorrer ainda que várias leis referentes a vários setores de fenômenos podem, por sua vez, serem unificadas numa lei mais abrangente, que é a teoria. Explica assim, num nível mais geral ainda, um conjunto maior de fatos aparentemente diferentes entre si. Finalmente, várias teorias poderiam se resumir numa única teoria/lei que explicasse todo o

funcionamento do universo: tal seria o *sistema*, que não foi estabelecido ainda, mas que é desejado pelos cientistas.

Se observarmos agora o esquema no sentido horizontal, veremos que o método científico se compõe de dois momentos: o *momento experimental* e o *momento matemático*. O método científico é um método experimental-matemático, notando-se que no momento experimental está em curso a *fase indutiva* do método, enquanto no momento matemático a ciência se constrói em sua *fase dedutiva*.

Indução e dedução são duas formas de raciocínio, isto é, procedimentos racionais de argumentação ou de justificação de uma hipótese.

No caso do *raciocínio indutivo*, da indução, ocorre um *processo de generalização*, pelo qual o cientista passa do particular para o universal. De alguns fatos observados, ele conclui que a relação identificada se aplica a todos os fatos da mesma espécie, mesmo àqueles não observados. O que se constatou de uma amostra é estendido a toda a população de casos da mesma espécie.

Assim, após constatar que, até o momento, um determinado número de homens morreram, chega-se à conclusão, por indução, de que todos os homens são mortais!

Já quando, em função do conhecimento de que todos os homens são mortais, conclui-se que um determinado homem que encontro vai morrer, esta conclusão é estabelecida por dedução. Trata-se de uma passagem do universal para o particular e para o singular; de um princípio geral deduzimos outros menos gerais até fatos particulares.

A ciência trabalha, pois, com raciocínios indutivos e com raciocínios dedutivos. Quando passa dos fatos às leis, mediante hipóteses, está trabalhando com a indução; quando passa das leis às teorias ou destas aos fatos, está trabalhando com a dedução.

O processo lógico-dedutivo está presente na ciência sobretudo na sua matematização, pois a matemática é a sua linguagem por excelência e a matemática é uma linguagem lógico-dedutiva.

A ciência implica uma visão mecânica do mundo e uma visão naturalista do homem

Foi esse o método adotado pelos cientistas que lhes permitiu construir uma imagem mecânica do mundo. O mundo natural é um conjunto de

partículas em movimento, dotadas de energia, e que se ligam entre si numa relação causal constante, os fenômenos interagindo sempre entre si de acordo com "leis fixas e imutáveis", gerando assim uma total regularidade do funcionamento do universo.

Podemos aqui retomar os três grandes pressupostos do conhecimento científico, isto é, o conhecimento produzido pela ciência só terá consistência se o cientista aceitar, de partida, o *determinismo universal*, o *naturalismo* e o *racionalismo*.

Com esse método, a ciência teve pleno êxito na era moderna. Esse sucesso explicativo foi reforçado pelo seu poder em manipular o mundo mediante a *técnica*, por cuja formação e desenvolvimento ela é a responsável direta. A ciência se legitimou assim por essa sua eficácia operatória, com a qual forneceu aos homens recursos reais elaborados para a sustentação de sua existência material. A técnica serviu de base para a *indústria*, para a revolução industrial, o que ampliou, sobremaneira, o poder do homem em manipular a natureza.

Esse método permitiu, com máxima fecundidade, a formação e o desenvolvimento do sistema das ciências naturais. Sob a influência do positivismo, ele foi aplicado, ainda que mais tardiamente, também às ciências humanas. Com efeito, o homem é um *ser natural* como todos os demais (naturalismo), submisso assim a leis de regularidade (determinismo), acessível portanto aos procedimentos de observação e de experimentação (experimentalismo). Por isso é que Comte insistia em criar uma "física social", cujo objeto seria o homem, indivíduo ou sociedade.

Para a ciência, o real se esgota na ordem natural do universo físico, à qual tudo se reduz, incluindo o homem e a própria razão, que é razão natural. O homem se constitui então como um organismo vivo, regido pelas leis da natureza, tanto no plano individual como no social, leis que determinam sua maneira de ser e de agir.

Assim, os valores e critérios de sua ação se encontram expressos na própria natureza sob a forma de leis de funcionamento que se pode conhecer pelas várias ciências, aplicando-se o método científico, simultaneamente experimental e matemático.

A ética, fundada na perspectiva científica, tem seus critérios fundamentalmente técnico-funcionais. É válido e bom tudo aquilo que condiz com as leis da vida natural dos homens...

Esclarecendo alguns conceitos

Indução: procedimento lógico pelo qual se passa de alguns fatos particulares a um princípio geral. Trata-se de um processo de generalização, fundado no pressuposto filosófico do determinismo universal. Pela indução, estabelece-se uma lei geral a partir da repetição constatada de regularidades em vários casos particulares; da observação de reiteradas incidências de uma determinada regularidade, conclui-se pela sua ocorrência em todos os casos possíveis.

Dedução: procedimento lógico, raciocínio, pelo qual se pode tirar de uma ou de várias proposições (premissas) uma conclusão que delas decorre por força puramente lógica. A conclusão segue-se necessariamente das premissas.

Determinismo universal: princípio segundo o qual todos os fenômenos da natureza são rigidamente determinados e interligados entre si, de acordo com leis que expressam relações causais constantes.

Lei científica: enunciado de uma relação causal constante entre fenômenos ou elementos de um fenômeno. Relações necessárias, naturais e invariáveis. Fórmula geral que sintetiza um conjunto de fatos naturais, expressando uma relação funcional constante entre variáveis.

Variável: é todo fato ou fenômeno que se encontra numa relação com outros fatos, enquanto submetido a um processo de variação, qualquer que seja o tipo de variação com relação a alguma propriedade ou grau, a variação de um fato se correlacionando com a variação do outro. Exemplo: o calor dilatando o metal.

Teoria: conjunto de concepções, sistematicamente organizadas; síntese geral que se propõe explicar um conjunto de fatos cujos subconjuntos foram explicados pelas leis.

Sistema: conjunto organizado cujas partes são interdependentes, obedecendo a um único princípio, entendido este como uma lei absolutamente geral, uma proposição fundamental.

Hipótese: proposição explicativa provisória de relações entre fenômenos, a ser comprovada ou infirmada pela experimentação. Se confirmada, transforma-se na lei.

Capítulo 9

A filosofia dialética: retomada, negação e superação da metafísica e da ciência

Como vimos no final do capítulo 4, a filosofia atual no Ocidente vem se traduzindo num esforço de superar tanto a visão essencialista quanto a visão naturalista da realidade. A filosofia contemporânea não quer mais construir uma imagem metafísica nem uma imagem exclusivamente científica do mundo nos moldes positivistas. Ela desenvolve então um esforço para instaurar um novo modo de pensar de maneira a constituir uma imagem que integre os aspectos válidos dessas imagens anteriores, mas numa síntese que avance, enriquecendo ainda mais a compreensão da realidade.

Esse terceiro momento dessa grande aventura do espírito humano na história de sua cultura pode ser designado como aquele marcado pelo *modo dialético* de pensar. Ele vem instaurando, desde este último século, uma nova tradição filosófica. O elemento fundamental dessa tradição dialética, como veremos neste capítulo, está no princípio básico de compreensão do real e do conhecimento que dele temos, que é a sua condição de radical historicidade. Isso quer dizer que a realidade não é mais vista nem como um conjunto de entidades metafísicas, eternamente determinadas, nem como um conjunto de entidades naturais, determinadas pelas leis mecânicas da natureza física. Em verdade, ela é tudo isso, mas é ainda muito mais: ela vai se constituindo num processo histórico resultante, a cada momento, de múltiplas determinações e esse movimento de constituição decorre de forças contraditórias que atuam no interior dessa própria realidade.

É no pensamento de Hegel que se encontra a primeira sistematização da perspectiva dialética

As expressões culturais da filosofia que estão nas raízes da tradição dialética são basicamente o hegelianismo e o marxismo, duas tendências que se aproximam metodologicamente. Mas a perspectiva de dialeticidade na abordagem do real não é exclusiva dessas escolas filosóficas particulares, ela vai se fazendo presente na maioria das tendências vivas da filosofia contemporânea, ainda quando herdeiras de outras tradições.

A tradição dialética se consolidou no século XIX graças sobretudo ao trabalho filosófico de Hegel, de Marx e de Engels. Mas ela tem origens muito antigas. Com efeito, quando falamos da filosofia grega pré-socrática, referimo-nos rapidamente a *Heráclito*, para quem o elemento primordial da constituição do mundo era o *fogo*; o fogo era a *arquê*. Mas por que o fogo? Heráclito, nos poucos fragmentos que restaram de sua obra, expressa a opinião de que tudo está em contínua transformação, num total processo de mudança incessante. Usa a imagem do rio para mostrar essa idéia: nunca podemos nos banhar duas vezes no mesmo rio, pois, quando mergulhamos na segunda vez, já não é mais o mesmo rio! Para ele, o verdadeiro princípio da realidade é o movimento.

Ora, já vimos que, para os gregos, o movimento, a mudança, a história, o tempo eram situações que eles não apreciavam! Por isso mesmo, as intuições de Heráclito não tiveram repercussão na época e prevaleceram aquelas de *Parmênides* que, ao contrário de Heráclito, achava que a mudança não passava de ilusão. E Heráclito foi marginalizado na filosofia ocidental por cerca de dois mil anos! É exatamente *Hegel* quem vai resgatá-lo nos começos do século XIX.

De fato, toda a filosofia ocidental, de Sócrates até o século XIX, foi dominada pela concepção de Parmênides, ou seja, que o uno, o imutável, o idêntico é superior ao que é múltiplo e mutável. Bem de acordo com a idéia grega do *logos*! Por isso, no plano da lógica do pensamento, a filosofia ocidental se apóia numa espécie de lei fundamental do pensamento que é o princípio da identidade: ele se expressa sob a forma $A = A$, isto é, todo ente é igual a si mesmo, ou dito negativamente, um objeto não pode ser, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, igual e diferente em relação a si mesmo.

Ora, é exatamente esse princípio da identidade que vai ser questionado pela lógica dialética que admite a possibilidade de um objeto ser, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, igual e diferente de si mesmo. Surge então um novo princípio lógico: o princípio da contradição.

Foi pensando nessa possibilidade que Hegel concebeu sua filosofia que valoriza a história, a evolução, a transformação! Para ele, o real no seu conjunto e todas as coisas em particular só existem num processo contínuo de mudança e, o que é mais importante, trata-se de uma evolução por contradição: esse é o processo dialético! As coisas vão evoluindo, vão mudando porque no seu próprio interior elas contêm sua própria negação, cada coisa sendo, portanto, ao mesmo tempo, igual a si mesma e ao seu contrário! Por isso, todas elas são atravessadas por um conflito interno, a tua dos contrários, que as obriga a mudar passando sempre por um momento de afirmação, por um momento de negação e por um momento de superação, cada um deles se posicionando em relação ao seu anterior. É a famosa concepção da tríade dialética: a tese, a antítese e a síntese.

Para Hegel, a contradição é o próprio motor do processo de evolução do real: toda afirmação aparece como momento provisório que deve ser necessariamente negado para ser ultrapassado. Cada estágio fenomenal, cada estado individual ou coletivo, cada figura do real não vai permanecer idêntico a si mesmo o tempo todo: necessariamente, pela força do conflito interno, é impelido para se transformar no seu contrário. Mas também não fica aí muito tempo, pois é de novo lançado rumo a sua própria negação que envolve a recuperação dos aspectos positivos do primeiro momento e a criação de uma nova configuração.

Podemos tomar como exemplo, a título de uma ilustração bem simplificada, o caso da formação do ser humano individual. Essa formação começa no estágio da infância: é o momento da vida infantil. A criança é um organismo vivo que mal se despreja do mundo natural, como que prolongando sua vida uterina, confundindo-se com o mundo que o envolve, não se distinguindo dos objetos. Faz corpo com seu ambiente, não tem consciência da própria autonomia. É o seu momento de tese.

Mas, na vida do ser humano, esse estágio é logo negado pelo estágio da adolescência. É o estágio em que o indivíduo se nega como criança, recusa a condição infantil e se representa como absolutamente autônomo, quer viver como se não dependesse de mais ninguém. Daí os famosos conflitos. Nega tudo que representa questionamento dessa sua autonomia,

rebela-se contra toda autoridade. Nega para se afirmar num outro patamar. Momento de antítese.

Mas eis que chega a idade adulta: o que é de fato amadurecer, ser adulto? É dar-se conta de que não se é mais nem tão dependente do outro (como vivenciava a criança) nem tão independente em relação ao outro (como extrapolava o adolescente): o adulto é um ser autônomo dentro de limites objetivos que condicionam todo indivíduo humano. Momento de síntese.

Este movimento de evolução e transformação por contradição é o processo dialético que permite assim vencer as próprias contradições. E para Hegel este era um movimento presente tanto no real como no pensamento. É que, como filósofo e metafísico idealista, Hegel fundia ser e pensar numa unidade. Com efeito, entendia que a substância da realidade era o próprio espírito, a Razão, a Idéia. Tudo o que existe é uma manifestação da Idéia que está evoluindo rumo ao Espírito. Por isso, a natureza física assim como a sociedade humana são apenas figuras do Espírito. É que a totalidade do real, num primeiro momento, é a Idéia (tese); num segundo momento, é a Natureza (antítese), negação da Idéia; num terceiro momento, é o Espírito (síntese), negação/retomada/superação da Idéia e da Natureza.

Portanto, Hegel *inverte* as posições: é o ideal que explica o real e não o contrário. Para ele, não há mais distinção entre o real e o racional, entre ser e pensamento, entre sujeito e objeto. Hegel pratica, quanto ao conteúdo de seu pensamento, uma metafísica idealista absoluta.

Marx contesta o idealismo de Hegel mas mantém seu método dialético...

Com efeito, Marx não podia concordar com essa metafísica idealista de Hegel. Mas, embora discordando dessa posição metafísica, vai aproveitar a sua lógica dialética. Só que vai aplicá-la tão-somente ao mundo da realidade histórica concreta, ou seja, à natureza e sobretudo à sociedade.

Para Marx, a realidade natural e social de fato evolui por contradição, ou seja, são os conflitos internos dos objetos e das situações que provocam as mudanças que ocorrem então dialeticamente. Mas isso não significa que a história vai acontecendo independentemente da interferência dos homens. Ao contrário, a intervenção dos homens, através de sua prática, é indispensável e fundamental.

É por isso que a filosofia de Marx se propõe como uma filosofia da práxis, isto é, a atividade reflexiva, o conhecimento, o trabalho teórico dos homens não têm por finalidade apenas especular sobre o sentido das coisas, mas justamente fundamentar sua ação concreta com vistas a organizar a vida social. Segundo Marx, os filósofos não devem apenas interpretar o mundo, porque o que realmente importa é transformá-lo.

A crítica de Marx é dirigida imediatamente à filosofia alemã da época, muito influenciada pelo hegelianismo. Mas, de fato, ela se refere a toda a filosofia idealista, à metafísica, a toda forma puramente especulativa de pensamento. O que Marx está criticando é o pensamento desvinculado da prática social real dos homens, porque a atividade consciente, na sua visão, só se justifica se ela for realmente crítica, ou seja, capaz de apreender a realidade sem cair na alienação e sem ser envolvida pela ideologia.

A alienação, de modo geral, é o estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si mesmo, que está privado dos seus direitos fundamentais, passando a ser como uma coisa. Está alienado, portanto, quem está fora de si, quem perdeu sua própria identidade, tornando-se um outro de si mesmo. Assim, a alienação, para Marx, é o processo de despossessão, vivido pelo sujeito humano que perde sua própria essência, que é projetada em outro sujeito. No seu entendimento, a alienação fundamental é aquela que ocorre na prática do trabalho, no sistema capitalista, onde o proletário é separado dos meios e dos produtos de sua atividade produtiva, sua obra sendo apropriada pelo outro, o capitalista.

Mas ela pode ocorrer também na atividade subjetiva quando o homem deixa de pensar por si mesmo e passa a pensar por outro: é o que ocorre na ideologia. Trata-se da situação em que o indivíduo assume, como representante de sua classe social, idéias de outra classe social geralmente dominante. Toma-se como universal o pensamento de um grupo social particular! Ocorre assim uma alienação da consciência e uma dominação ideológica por parte daquela consciência que impôs, por convencimento, a sua própria idéia.

Vamos voltar ainda a essa questão da ideologia, a fim de abordá-la mais a fundo. Por enquanto basta dizer que ela é um conjunto de representações ideais (conceitos e valores) elaborado e difundido por grupos particulares dominantes no todo da sociedade, como se essas idéias expressassem a verdade da situação de todos os indivíduos. No entanto, elas representam unicamente o ponto de vista e o interesse do grupo social dominante, mascarando e ocultando a verdadeira realidade social, impedindo assim que os dominados se desalienem e reivindiquem seus próprios direitos.

Por que a perspectiva dialética é a síntese superadora da metafísica e da ciência? Porque se trata de uma concepção do real e do pensamento que avança em relação a elas não só por negação mas também por recuperação de seus aspectos criativos e por superação dos seus aspectos regressivos! Ao dar-se conta do caráter contraditório do pensamento e do real, a filosofia dialética superou os impasses e as parcialidades dos pensamentos metafísico e científico. Tornou possíveis a evolução, a criação do novo, a historicidade, a prática subjetivizada dos homens.

Assim, por exemplo, a oposição sujeito/objeto no conhecimento era um problema insuperável nas perspectivas metafísica e científica. Ou o objeto ou o sujeito se impunham. Para a perspectiva dialética, nenhum deles se impõe isoladamente, uma vez que ambos são constituídos, assim como sua relação recíproca, pelo processo histórico-social. Um depende do outro e ambos dependem da realidade histórica. Assim, o sujeito (o homem como ser subjetivo, consciente, capaz de reflexão) dá-se conta de que, embora condicione a posição do objeto (parte de verdade das filosofias subjetivistas), não o constitui integralmente (parte de verdade das filosofias positivista e realista); o objeto, por sua vez, por mais autônomo que seja, não mais se impõe dogmaticamente ao sujeito como pura positividade empírica ou como entidade metafísica (erro das filosofias positivista e realista). O sujeito se reconhece no fluxo da contingência, do existir natural e social, reino do objeto (verdade do naturalismo e do positivismo) que, de seu lado, só tem sentido para um sujeito (verdade da filosofia subjetivista) que é, na realidade, um sujeito coletivo.

Por outro lado, o real se constitui da totalidade do universo, totalidade esta que vai se realizando num processo histórico, do qual cada momento é resultante de múltiplas determinações (naturais, sociais, culturais). O processo histórico de constituição do real segue "leis" que não se situam nem no plano da determinação metafísica nem no plano da necessidade científica e nem se formaliza mais na linearidade da lógica formal regida pelo princípio da identidade.

Do mesmo modo, o homem também é uma entidade natural histórica, determinado pelas condições objetivas de sua existência, mas, ao mesmo tempo, cria a sua história ao atuar sobre as condições objetivas, transformando-as por meio de sua práxis.

Igualmente, dada essa sua condição, o seu agir não pode mais guiar-se apenas por valores essencialistas puramente metafísicos nem por valores

puramente técnico-funcionais. O fundamento ético de sua prática é necessariamente político, uma vez que toda ação humana está envolvida com as relações de poder que atravessam o contexto social da existência humana.

Esclarecendo alguns conceitos

Contradição: oposição entre dois pólos incompatíveis, um afirmando, outro negando, ao mesmo tempo, algo de uma mesma coisa. Conflito real e histórico, luta de forças que se contrapõem no interior do real e do pensamento, toda situação/afirmação aparecendo apenas como um momento provisório que deve ser necessariamente negado para ser superado.

Dialética: processo de superação da contradição: movimento do real, por cuja dinâmica interna um dado elemento é negado pelo seu contrário que, por sua vez, é também negado e superado por um novo elemento, numa sequência permanente de afirmação, negação e superação; método de pensamento adequado para o entendimento desse processo.

Alienação: estado do indivíduo que não mais se pertence, que não mais detém o controle de si mesmo ou que se vê privado dos seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma coisa; processo pelo qual um ser se torna outro, distinto de si mesmo, ficando estranho a si mesmo, perdendo-se ao projetar sua identidade em outro, fora de si; processo ou estado de despossessão de si, vivida pelo sujeito humano, perda de sua própria essência que é projetada em outro sujeito.

A ciência e a instrumentalização da razão

O envolvimento ideológico encontra campo fértil também numa das formas mais rigorosas produzidas pela subjetividade humana: a ciência. Como já vimos, a ciência se transformou na mais importante instância cultural do mundo moderno. Atingiu todos os espaços da vida dos homens, transformando profundamente suas relações produtivas e suas relações sociais e até mesmo sua própria subjetividade.

Essa influência e poder que a ciência adquiriu se devem fundamentalmente a dois fatores, um teórico e um prático. No plano teórico, a ciência é a forma de conhecimento que se tornou capaz de explicar o funcionamento do mundo natural de um jeito tal que dispensava qualquer apelo a entidades sobrenaturais, e sua explicação — suas teorias — satisfazia plenamente a razão humana na busca de compreensão das coisas.

Além disso, a ciência trazia aos homens, com essa explicação teórica, a capacidade de poder manipular o mundo, as coisas. Trata-se da capacidade técnica que os homens adquiriram por meio dos conhecimentos científicos

sobre a realidade. Assim, puderam intervir e até transformar a natureza, já que eles desvendaram, através da ciência, todos os seus segredos e mecanismos. Conhecendo racionalmente as “leis” que governam todos os fenômenos naturais, os homens puderam “controlar” essas leis, intervindo no modo de organização e funcionamento das coisas.

Mas os cientistas não se contentaram em explicar e dominar as coisas do mundo físico! Logo descobriram que também a vida era um processo natural que seguia leis e passaram a intervir e controlar todos os processos biológicos.

Foram ainda além: a própria realidade humana e social deve ser abordada cientificamente, já que o homem é parte integrante e homogênea da natureza! Daí o surgimento das ciências humanas, criadas com base nos mesmos princípios positivistas das ciências naturais... Assim como sobre as concepções teóricas é possível elaborar uma técnica, por que não se fazer também uma tecnologia humana e uma engenharia social? Com efeito, o funcionamento da sociedade, enquanto realidade natural que é, deve seguir leis igualmente objetivas e controláveis pelos especialistas!

Com seus recursos técnicos para transformar as coisas, os homens puderam desenvolver a indústria. E com esta revolucionaram a própria civilização, e a ciência, que é a fonte de tudo, passou a ser considerada como a referência mais significativa de nossa cultura, quando não a única. Dessa maneira, ela acabou atravessando e impregnando todas as dimensões da existência dos homens em nossa sociedade atual. Assim, os homens passaram a recorrer à ciência e à técnica para resolver todos os seus problemas.

É bom observar que não há nenhuma dúvida que a constituição da ciência foi um elemento extremamente importante para a humanidade. Os conhecimentos científicos colaboraram para que os homens, ao desenvolverem sua cultura e sua civilização, fossem se libertando de mitos, de preconceitos, de ignorâncias e das doenças! Com o projeto de constituição da ciência, os pensadores modernos visavam inclusive criar um mundo melhor, uma sociedade democrática. Acreditavam eles que, superada a ignorância mediante a ciência, poderíamos criar condições mais adequadas de existência não só biológica como também social.

Só que os filósofos e cientistas, apoiados exclusivamente nesse naturalismo racionalista, não se deram conta de que o saber não é apenas um

esquema de explicação das coisas objetivas. Ele é igualmente uma forma de poder que passa a ser exercido no interior da sociedade.

E a ciência, que pretendia libertar os homens dos determinismos da natureza, das doenças, da miséria, acabou se transformando numa nova forma de opressão para os mesmos homens! A razão que construía a ciência, de razão libertadora, como queriam os pensadores modernos, acabou se transformando em *razão instrumental* que, por meio de seu controle lógico-tecnológico, implantou uma *tecnocracia*: toda a vida humana é conduzida e determinada pelos padrões técnicos impostos pela ciência. E o que é pior, o poder da ciência e da técnica passa a ser controlado e usado por grupos humanos na defesa de seus interesses particulares. Ele se transformou num instrumento forte e adequado para a dominação e a exploração políticas! A vida das pessoas não é mais referida a critérios éticos e políticos, mas a critérios puramente técnicos! A condução de todas as atividades da sociedade é pensada e executada apenas por especialistas, considerados os únicos detentores do saber técnico-científico, e são eles que ditam as leis e diretrizes de toda a ação: é assim no âmbito da economia, da educação e da cultura em geral. Todas as atividades humanas são criterizadas pelo seu caráter funcional, e todo o sistema social busca apenas um desempenho a baixo custo e sempre visando maior eficiência e produtividade. Como se tudo se submetesse às regras da produção industrial...

A industrialização da cultura

Um dos maiores impactos da mercantilização geral decorrente dos processos basilares da produção capitalista sobre as atividades da consciência humana é aquele que atingiu a criação artística em particular e a cultura, de modo geral. Trata-se do fenômeno estudado sobretudo pelos filósofos da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Habermas): a industrialização da cultura.

A cultura passa a ser produzida como mais um conjunto de mercadorias destinadas ao consumo fetichista, ao mesmo tempo que é usada como mais um instrumento de controle e dominação ideológica das pessoas, destituídas de seu poder de criação e expropriadas enquanto usufruidoras dos bens culturais.

Esclarecendo alguns conceitos

Cultura: do ponto de vista antropológico, e por oposição à natureza, a cultura é o conjunto dos produtos, das representações e dos procedimentos postos pelos homens enquanto seres sociais. Tudo aquilo que não é posto como mero resultado da ação mecânica da natureza, portanto, tudo aquilo que passa por uma impregnação de algum tipo de intervenção humana.

Daí significar também o processo global dinâmico pelo qual esses elementos que a constituem se inter-relacionam e são apropriados, pelas vias da educação e das demais formas de comunicação, pelos indivíduos que compõem a sociedade.

Num plano ainda mais abrangente, a cultura significa essa dimensão mais espiritual da vida social ou individual e que é constituída por processos subjetivos de simbolização, de imaginação e de sensibilidade.

Signo: é todo elemento que representa e substitui um objeto enquanto apreensível por um sujeito; é uma entidade formada de um aspecto físico ou significante e de um aspecto inteligível ou significado. Assim, no caso do signo lingüístico, o som é o significante e o conceito, o significado. No signo, a relação significante/significado é estabelecida arbitrária e convencionalmente.

Significante: é a parte materializada do signo, a parte perceptível, imagem acústica.

Significado: é a parte imaterial do signo, a parte inteligível, o conteúdo ideal, o conceito.

Símbolo: é o signo onde a relação significante/significado já não é totalmente arbitrária, uma vez que decorre de uma analogia real ou suposta, aproveitando-se de unidades previamente significativas. Exemplo: a balança como símbolo da justiça, o cão como símbolo da lealdade, a bandeira como símbolo do país.

Sinal: é um fato físico ligado a outro fato físico por uma relação natural ou convencional: nuvem negra é sinal de chuva, batida de sino é sinal de missa. O sinal é percebido como impressão sensorial, relaciona duas sensações. É indicativo, tem função sensorio-motor, ao passo que o símbolo tem função meramente representativa.

Estética: área da filosofia encarregada do estudo da sensação, abordando a experiência vivida nas várias formas de sensibilidade, levando em conta a agradabilidade provocada no sujeito. Daí se relacionar diretamente com a arte enquanto forma de expressão criativa do belo.

Capítulo 14

As preocupações temáticas das tendências atuais da filosofia

O objetivo deste último capítulo, destinado a pôr um fecho nesta trajetória de reflexão filosófica, é mostrar aos alunos de 2º grau que essa reflexão não é apenas um rescaldo do passado. A filosofia continua uma prática viva e efervescente, expressando-se de diferentes formas e sob várias orientações e tendências. Embora não se aprofundando nenhuma dessas tendências, pretende-se formar um quadro mínimo de referências e de informações sobre a filosofia contemporânea, que continua desenvolvendo um esforço de compreensão e de significação da realidade humana na sua realização nesse momento histórico da contemporaneidade. Estaremos explicitando as principais correntes da filosofia que mantêm presente a reflexão filosófica nesta segunda metade do século XX, destacando as temáticas que constituem seu objeto central de investigação. Sem dúvida, todos os temas clássicos da filosofia continuam sendo retomados, embora alguns venham merecendo maior destaque no interior das grandes tendências filosóficas.

A ciência: única forma de saber válido?

A cultura contemporânea continua profundamente marcada pela ciência, instaurada na era moderna e considerada ainda por muitos como a sua instância fundamental. De fato, como vimos no capítulo 13, a ciência impregnou todos os setores da existência humana e seu impacto sobre a filosofia não poderia deixar de ser muito forte. Assim, não é sem razão que ela esteja presente entre as preocupações de quase todas as correntes filosóficas da atualidade, chegando mesmo a ser o único objeto de algumas tendências.

Com efeito, para as *tendências neopositivistas*, a ciência é a única forma válida de conhecimento do real. É que o conhecimento verdadeiro só pode ser aquele constituído de enunciados empiricamente verificáveis. Só se pode falar validamente referindo-se à *experiência sensível*, empírica. E isto só é feito pela ciência. A filosofia, no seu sentido tradicional, não procede, porque seus conteúdos não se referem à experiência. A única tarefa que sobraría então para a filosofia é a de proceder à análise lógica da linguagem praticada pelas ciências, ou mesmo da linguagem em geral. Este trabalho lógico desenvolvido pela filosofia visa eliminar da ciência qualquer traço metafísico, criando-se uma linguagem científica rigorosa, onde não haja lugar para pseudoproblemas. Os enunciados teológicos, metafísicos, éticos e políticos não são empiricamente verificáveis, não podendo, pois, ser considerados conhecimentos verdadeiros. Pensadores como Wittgenstein, Russell, Popper, Carnap, Ayer, Moore, Quine, dentre outros, assumem posição neopositivistas.

Mas a ciência é ainda preocupação explícita de outro importante veio de filósofos contemporâneos, vinculados a diferentes tendências. Só que, ao contrário dos neopositivistas, estes pensadores não buscam estabelecer uma linguagem rigorosa para a ciência. Reconhecem a sua relevância e autonomia, mas entendem que ela não pode ser considerada isoladamente das outras formas de saber e das demais atividades humanas. Compartilham das preocupações epistemológicas relacionadas às condições de possibilidade do conhecimento científico, mas julgam que uma filosofia da ciência envolve necessariamente considerações de ordem axiológica, uma vez que a ciência é uma atividade humana intimamente vinculada ao processo histórico-social. Entre outras questões discutem os riscos da ideologização presentes na atividade científica.

Podemos designar essas correntes como *transpositivistas*, já que mantêm a concepção de que a ciência é a forma mais válida do conhecimento (com o que reafirmam a tradição positivista); mas, por outro lado, pretendem ir além do positivismo, questionando a pretensão da objetividade e da neutralidade absoluta da ciência.

Embora essa problemática da ciência, colocada sob esta perspectiva, preocupe filósofos vinculados às correntes *dialéticas* e *fenomenológicas*, a tendência que estamos considerando como especificamente transpositivista é representada por pensadores como Piaget, Bachelard, Kuhn, Feyerabend e outros que se propõem, até certo ponto, a fazer uma revisão do racionalismo iluminista praticado no âmbito do cientificismo positivista.

Um novo fundamento metodológico para o conhecimento?

A tentativa de constituir uma teoria do conhecimento, num sentido mais amplo do que aquele posto em prática pela ciência ou pela metafísica, é desenvolvida por pensadores vinculados à *fenomenologia*. Sua problemática fundamental se concentra em torno da relação do sujeito ao objeto no processo do conhecimento, da relação da consciência ao mundo. Posicionando-se contra as pretensões tanto do positivismo quanto do idealismo, os fenomenólogos entendem que o conhecimento se dá por um compromisso entre um pólo subjetivo e um pólo objetivo, já que não haveria nenhum sentido falar de um objeto a não ser por referência a um sujeito, nem falar de um sujeito fora de uma relação a um objeto.

A fenomenologia se apresenta então como uma nova metodologia para o conhecimento que possa lhe garantir alguma validade, seja no âmbito da ciência, seja no âmbito da própria filosofia.

Como então atingir o conteúdo das coisas, como chegar até elas mesmas? Se é verdade que o homem não pode pretender chegar de imediato à substância metafísica das coisas, também não pode se ater às impressões fugazes da experiência sensível!

A única via então é descrever os fenômenos tal qual eles são vivenciados pela consciência, numa experiência primeira onde objeto e sujeito se relacionam bipolarmente, implicando-se mutuamente.

A fenomenologia se impõe no cenário filosófico contemporâneo graças aos trabalhos de Husserl, se desenvolvendo em seguida através do trabalho de Max Scheler e de Merleau-Ponty. Vai se constituir fundamento epistemológico de todos os pensadores existencialistas -- de modo particular, Heidegger e Sartre.

O sentido da existência humana, questão crucial?

Já outras numerosas tendências da filosofia contemporânea privilegiam a temática do existir humano: querem construir novas *antropologias*. Os filósofos ligados a essas tendências não se satisfazem com os modelos clássicos e modernos, julgados insuficientes para dar conta da múltipla experiência existencial do homem.

Esses filósofos se preocupam menos com aspectos lógicos e epistemológicos: privilegiam as questões ético-antropológicas. Querem compreender o sentido da existência humana e do agir do homem, tentando superar uma visão puramente abstrata de seu ser, buscando incluir nesse sentido todos os complexos aspectos da realidade histórica dessa existência.

A temática do sentido da existência pessoal se coloca explicitamente nas filosofias contemporâneas que podem ser classificadas como *neo-humanismos*: dentre eles se destaca o existencialismo, o personalismo, o vitalismo e a arqueogenealogia.

O *existencialismo*, que se apóia metodologicamente na fenomenologia, procura desenvolver uma hermenêutica da existência. Enfatiza a condição do homem como ser consciente e livre, com grande responsabilidade sobre seu “destino” pessoal, apesar de sua congênita contingência decorrente de sua insuperável facticidade. Assim, a liberdade é a categoria fundamental da filosofia existencialista. Partindo de Kierkegaard, o existencialismo se afirmou com Heidegger, Sartre, Marcel, Jaspers, Nédoncelle e Buber.

O *personalismo*, expresso sobretudo pelo pensamento de Mounier, Lacroix, Berdiaeff e Landsberg, é uma filosofia bem próxima do existencialismo, dando contudo mais ênfase à dimensão prático-política da existência humana, posição que o aproxima do marxismo.

O *vitalismo* destaca o caráter evolutivo da existência humana. Ela é pensada por esses filósofos como sendo atravessada por uma força vital que a faz avançar sempre para estágios de maior perfeição. Privilegiam assim a temporalidade histórica e a concretude da vida. Destacam-se como representantes dessa corrente: Teilhard de Chardin, Bergson, Ortega y Gasset.

A busca de um novo sentido para a existência pessoal se encontra também num grupo autônomo de filósofos que se esforçam por compreendê-la fora dos parâmetros da racionalidade iluminista da filosofia moderna. Querem até mesmo avançar rumo a uma pós-modernidade. Inspirando-se em Nietzsche e Freud, denunciam o caráter opressor da filosofia iluminista, da ciência, da tecnologia e da própria religião. São os filósofos que agrupamos na tendência por nós designada como *arqueogenealogia*: buscam nas profundidades do inconsciente humano poderosas forças latentes que nele se encontram soterradas. São as potências desejantes que respondem, arcaicamente, pela expressão do modo de ser humano. Não é o *cogito* consciente e reflexivo, nem o organismo biológico, nem o sujeito político

que constituem o especificamente humano. A nova antropologia deve ser feita com base numa economia geral do desejo. Impõe-se a construção de uma nova subjetividade que não mais se confunda com a pura racionalidade.

Mas comunicação, linguagem e cultura aparecem igualmente como temáticas privilegiadas nas correntes fenomenológicas. Aí a linguagem é vista como mediação simbólica pela qual se torna possível a intersubjetividade. Uma das tarefas da filosofia é então proceder a uma hermenêutica. Essa análise da linguagem, enquanto mediação comunicativa, subsidia, por sua vez, a compreensão filosófica da própria existência humana.

A tendência arqueogenealógica se expressa nos pensamentos de Foucault, Lacan, Deleuze, Guattari, Maffesoli, Baudrillard, Lyotard, entre outros. Foram influenciados sobretudo por Nietzsche e Freud, mas incorporam subsídios da Escola de Frankfurt, do estruturalismo, do existencialismo e do próprio marxismo.

A práxis e a história

Já outros pensadores refletem sobre a existência dos homens numa perspectiva mais política, ou seja, na sua dimensão histórico-social. Sua preocupação maior está na decifração do sentido da vida em sociedade, abordando a questão do poder político vigente entre os homens.

Para tanto discutem as condições econômicas, políticas, sociais, históricas e culturais dessa existência. Mas não se trata apenas de um trabalho de mera interpretação: querem sobretudo avançar propostas de transformação da realidade histórico-social em que vivem os homens. Trata-se de uma *filosofia da práxis*, destinada a entender as articulações da existência coletiva dos homens para mudá-la, aprimorando-a, libertando-a de todas as formas de alienação e de opressão.

Em função desse objetivo, esses filósofos da práxis vão privilegiar temas como a história, a sociedade, o trabalho, a produção, a organização econômica, a revolução, o Estado, o poder e a política.

A tendência matriz que privilegia a práxis e a história é aquela vinculada à *dialética marxista*, elaborada por Marx e Engels a partir da contribuição metodológica do pensamento de Hegel. A realidade social vai se transformando historicamente em decorrência da permanente luta de contrários que

a atinge pelo interior, a *força da contradição*. Mas a ação social dos homens é imprescindível para tornar fecunda essa força transformadora.

A filosofia marxista teve ainda muitos outros representantes teóricos, destacando-se, dentre eles, Lenin, Mao-Tsé-Tung, Lukács, Schaff, Goldmann, Althusser, Poulantzas e Gramsci.

Além desses, um outro grupo de pensadores deve ser aproximado dessa tendência, embora sofrendo outras influências. É o grupo ligado à assim chamada *Escola de Frankfurt*: Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin e Habermas, que praticam uma *dialética negativa* por serem mais céticos quanto ao poder transformador da práxis humana.

A linguagem, a comunicação e a cultura...

Por se tratar do sistema simbólico fundamental da comunicação humana, a linguagem tem merecido especial interesse da filosofia contemporânea. É verdade que é abordada sob enfoques diferentes pelas várias tendências...

Já vimos que a linguagem é uma das preocupações das tendências neopositivistas: só que do ponto de vista de seus aspectos lógico-formais. Já no *estruturalismo*, o que importa é o seu caráter sistêmico: seus elementos, suas relações, sua totalidade. Encara a língua como sistema de significantes, estruturados independentemente dos significados. Estes é que são constituídos pela relação recíproca daqueles... A lógica da constituição do sistema dos significantes é anterior ao pensamento do homem. Por isso, os estruturalistas chegam a afirmar que não é o homem que fala, mas é a língua que fala no homem...

O estruturalismo entende que sua metodologia de análise lingüística se aplica também às ciências humanas, uma vez que a cultura, todas as formas de expressão da vida social, se organizam sob a forma de sistemas estruturados, sempre de acordo com certas regras de ordenação e de transformação. Pode-se então tentar compreender a totalidade cultural mediante uma leitura semiológica de sua expressão simbólica.

* * *